

“O RIO DA SECURA DESÁGUA NA GUERRA”: integração, comando, controle e Intervenção militar no Rio de Janeiro contemporâneo¹

 Thayla Fernandes da Conceição²

Palavras-Chave

Grandes Eventos, Centro Integrado de Comando e Controle, Intervenção Federal Militar

SUMÁRIO

Prólogo. Cena 1. Cena 2. O rio, a guerra. Epílogo. Cena 1. Cena 2. Referências.

Resumo

A cidade do Rio de Janeiro, ao tornar-se palco de diversos Grandes Eventos, foi apresentada como uma marca, a “Rio2016”, cujo slogan oficial é “A New World”, o que revela a opção pela adequação às diretrizes do mundo globalizado a partir do “norte”, que encara as cidades enquanto *commodities*, mercadorias (Vainer, 2000). Neste dito “*new world*”, a ideia da integração entre as forças de segurança/controlado e o aprimoramento do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC), surge como um dos maiores legados e se materializa no Centro Integra-

do de Comando e Controle (CICC), prédio-sede para a desejada articulação das forças de segurança atuantes na cidade que se responsabilizariam pela garantia dos espetáculos em questão. Passados os eventos, anuncia-se uma nova grande crise no campo da segurança pública, e no CICC se instala o gabinete da Intervenção federal militar, solução política-institucional adotada para a referida crise. Utilizamos aqui, portanto, o CICC como uma linha de percurso analítico e simbólico para construirmos um arco narrativo sobre a passagem dos Grandes Eventos à decretação da Intervenção, com foco nas problemáticas do campo da segurança pública, com destaque para os discursos das autoridades referentes e a instrumentalização de dados sobre a crise. Valemo-nos, por exemplo, das contribuições de Stephen Graham (2016) sobre o “novo urbanismo militar”, de Bruno Cardoso (2014) sobre o próprio CICC e de Vera Malaguti sobre a cidade do Rio e seus sentimentos políticos, principalmente o medo (2003).

¹ Este artigo é baseado na dissertação de mestrado defendida em 2018/1 no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Foi aprimorado com contribuições dadas no XIX Congresso Brasileiro de Sociologia (SBS 2019) e no VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito (VI ENADIR, 2019). O título faz referência à música “Oração pro Rio”, do conjunto Pietá, com participação de Caio Prado.

² Advogada (FDV), cientista social (UFES), professora substituta de sociologia (FND/UFRJ), mestre e doutoranda em Sociologia e Direito (PPGSD/UFF).

“THE RIVER OF DRYNESS FLOWS INTO WAR”: integration, command, control, and military intervention in the contemporary Rio de Janeiro

 Thayla Fernandes da Conceição

Keywords

Great Events, Center for Integrated Command and Control, Federal Military Intervention

Abstract

The city of Rio de Janeiro, becoming, in the contemporary, place of several Great Events, was presented as “Rio2016”, a brand whose official slogan is “A New World”, which reveals the option for the globalized world, the “global north”, that establishes cities as commodities (Vainer, 2000). In this so-called “new world”, the idea of integration between different security and control forces emerges as one of the greatest legacies, and is embodied in the new huge Center for Integrated Command and Control (Centro Integrado de Comando

e Controle - CICC), a high-tech building made with local and international efforts for the articulation of the security forces that were responsible for ensuring the Great Events in question and also for a desired revolution in the thought and management of public security. After the events, a new major security crisis is announced in Rio in 2018, and a federal military intervention was the political-institutional solution adopted for the said crisis. The CICC was chosen as the intervention office. In this paper we will mobilize the CICC as a symbol to think about urban space management in the city of Rio de Janeiro, considering the actual challenge of an extremely conservative management. For this purpose, we will think together with Stephen Graham (2016) and the “new military urbanism”, Bruno Cardoso (2014) and his reflections on the CICC itself, and Vera Malaguti on political sentiments, especially fear, in the city of Rio (2003).

PRÓLOGO

Cena 1

“O prêmio coroa o sucesso da Operação de Segurança Integrada para os Jogos Rio 2016, coordenada pela SESGE, e que teve seu sucesso amplamente reconhecido. Esse resultado só foi possível por conta da implantação de ferramentas de gestão e controle, que garantiram a implementação e o acompanhamento dos projetos de forma eficaz”. É o que afirmou o então Secretário responsável pela SESGE (Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos), Andrei Rodrigues, na solenidade de premiação no 4º Concurso de Boas Práticas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), que aconteceu no auditório da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), na data em que se celebra o Dia Internacional de Combate à Corrupção, em dezembro de 2016.

Cena 2

“Os senhores sabem que o crime organizado quase tomou conta do Rio de Janeiro. É uma metástase que se espalha pelo país e ameaça a tranquilidade de nosso povo. Por isso acabamos de decretar, neste momento, a Intervenção federal na área da segurança pública no Rio de Janeiro. Os senhores sabem que tomo essa medida extrema porque as circunstâncias assim exigem. (...) não podemos aceitar passivamente a morte de inocentes e é intolerável que estejamos enterrando pais e mães de família, trabalhadores, policiais, jovens e crianças e vendo bairros inteiros sitiados (...) escolas sobre a mira de fuzis e avenidas transformadas em trincheiras. É o que mais se alardeia, o que mais se divulga, no presente momento. (...) As polícias e as forças armadas estarão nas ruas, nas avenidas, nas

comunidades e unidades combaterão e enfrentarão e vencerão, naturalmente, aqueles que sequestram do povo as nossas cidades. Nossos presídios não serão mais escritórios de bandidos e nem nossas praças continuarão a ser salões de festa do crime organizado. Nossas estradas devem ser rotas seguras para motoristas honestos e nunca, nunca, via de transporte de drogas e roubo de cargas. A desordem é a pior das guerras. Começamos uma batalha em que nosso único caminho só pode ser o sucesso. E contamos naturalmente com todos os homens e mulheres de bem ao nosso lado”. É o que afirmou o então presidente Michel Temer em fevereiro de 2018, no Palácio do Planalto, ao anunciar em um discurso de 20 minutos a Intervenção federal militar na cidade do Rio de Janeiro.

O RIO, A GUERRA

No dia 16 de fevereiro de 2018 foi decretada pelo governo do então presidente Michel Temer, por demanda do governador à época Luiz Fernando Pezão, a Intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro na área da segurança pública, por meio do Decreto n.º 9.288. Trata-se do primeiro grande movimento de gestão política, urbana e operacional protagonizado pelas Forças Armadas a ocorrer no Brasil desde o final da ditadura militar instaurada em 1964 e, também, do primeiro caso da aplicação do Art. 34 da Constituição Federal (que fala, justamente, sobre a possibilidade de Intervenção da União nos estados e no Distrito Federal). Poucos meses antes, Temer sancionou a Lei 13.491, a qual alterou o Código Penal Militar e ampliou a autorização para o julgamento de membros das forças armadas por tribunais militares quando praticarem crimes dolosos contra a vida de civis.

Neste mesmo dia, o interventor escolhido ofereceu sua primeira coletiva de imprensa e fez uma breve fala ao lado do então ministro da defesa, Raul Jungmann, e do então ministro-chefe do gabinete de segurança institucional (o GSI, um espaço que tem ganhado bastante relevância pública), o general Sérgio Etchgoyen. Este general, pertencente a uma família que há três gerações ocupa altos cargos nas forças armadas em setores conservadores, constantemente aparecia ao lado de Temer em manifestações públicas, com amplo direito a voz. Seu pai, Léo Guedes Etchgoyen, é inclusive mencionado nos relatórios da Comissão Nacional da Verdade como um dos militares que cometeram graves violações de direitos humanos durante a ditadura militar no Brasil, época em que foi general. Por estas e outras razões, Sérgio elaborou em 2014 uma carta criticando a atuação da Comissão (Schreiber e Franco, 2018).

O interventor nomeado para esta missão que duraria apenas até dia 31 de dezembro de 2018 é o general Walter Souza Braga Netto. Há que se dizer que não há uma obrigação legal para que este cargo, ou qualquer um dos cargos centrais deste tipo de intervenção, seja ocupado por um membro das Forças Armadas, mas, no caso aqui discutido, homens do Exército foram majoritariamente elegidos, razão pela qual a intervenção passa a ser chamada de Intervenção federal militar ou Intervenção militar federal. As coletivas de imprensa aos poucos apresentaram ao público o seu currículo e os seus mais de 40 anos de experiência dentro das forças armadas (G1, 2018): em 2016, tornou-se responsável pelo Comando Militar do Leste (CML), espaço de importância fundamental à organização das Forças Armadas, e assumiu posto de coordenação geral

da assessoria especial para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Participou, ainda, por alguns meses da coordenação da invasão do Exército no Complexo da Maré entre 2014 e 2015, a qual durou ao todo 14 meses. Nesta ocasião, 15 das 16 favelas do Complexo da Maré (Praia de Ramos, Parque Roquete Pinto, Parque União, Parque Rubens Vaz, Nova Holanda, Parque Maré, Conjunto Nova Maré, Baixa do Sapateiro, Morro do Timbau, Bento Ribeiro Dantas, Vila dos Pinheiros, Conjunto Pinheiros, Conjunto Novo Pinheiro – Salsa & Merengue, Vila do João e Conjunto Esperança) foram invadidas. Este movimento visava à concretização da famigerada “pacificação”, a organização do território para possível implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o que, até o momento, não ocorreu. Conforme o Ministério da Defesa, a mobilização feita naqueles 14 meses envolveu 2000 homens do Exército e 500 da Marinha e foram realizadas 553 detenções de adultos e 254 de menores de idade.

À época, a Redes da Maré, em parceria com o Peoples Palace Projects, da Queen Mary University of London, Newton Fund, British Academy e o Social Science Research Council, divulgou o estudo intitulado “Percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré” (Redes da Maré, 2017), feito entre fevereiro e setembro de 2015. Para a elaboração deste estudo, foram entrevistados mil moradores, entre 18 e 69 anos, nas 15 favelas ocupadas pelo exército. Apenas 4% considerou a ocupação ótima, e apenas 19,9% a considerou boa, enquanto que 49,5% a avaliaram como regular, 11,9% como ruim e 13,9% como péssima. O estudo mostra, ainda, que a ocupação custou R\$ 600 milhões e que, em contrapartida, nos seis anos que lhe antecederam foram ali investidos apenas R\$ 303,6 milhões em projetos sociais

por parte da prefeitura.

É possível visualizar o interventor, portanto, como uma figura íntima de aspectos caros à questão criminal contemporânea no Rio de Janeiro: a organização da segurança nos Grandes Eventos e as ocupações militarizadas de territórios de favela. É uma das peças que nos garante a possibilidade de construir um arco narrativo que conecta criticamente o afã dos Grandes Eventos, sobretudo dos Jogos Olímpicos, e a implementação da Intervenção federal militar.

Na ocasião desta primeira coletiva de imprensa feita ainda antes de definir sua equipe de trabalho, Braga Netto também afirmou que já existia um Estado-maior conjunto operando no Rio desde o começo da chamada “Operação Rio” ou “Operação Furacão I” (Exército Brasileiro, 2017). Esta operação, uma das famigeradas Operações para Garantia da Lei e da Ordem (GLO), foi autorizada por Temer em meados de 2017 e já era considerada uma operação de segurança integrada, com amplo envolvimento das forças armadas. Segundo anunciado nestas mídias do próprio exército brasileiro, foram cerca de 8.500 agentes mobilizados para a operação em questão, além de agentes da Força Nacional de Segurança, da Polícia Rodoviária Federal e de outras Forças de Segurança locais, contabilizando cerca de 10 mil agentes ao todo. As subsequentes ações referentes à Intervenção, segundo indicou este primeiro discurso do interventor, seguiriam, portanto, moldes semelhantes.

É importante destacar que, apesar das proximidades entre a proposta da GLO e da Intervenção, e apesar de entendermos as últimas GLOs enquanto espécies de prelúdios à Intervenção, ambas não se confundem por completo; ao contrário de uma GLO, a

Intervenção, formalmente e teoricamente, parte de parâmetros constitucionalmente prescritos (uma das razões pelas quais a militarização desta possibilidade de gestão de exceção é tão criticada) e, ainda, traz uma maior complexidade quanto à gestão e à organização dos cargos: a figura do interventor recebe amplos poderes de gestão e de decisão na área escolhida, estando subordinada diretamente à Presidência da República, e não possui, em tese, obrigações diretas com as autoridades locais. O interventor no caso em questão, graças à natureza da Intervenção (focada na segurança pública), recebeu a competência do comando das Polícias Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil e da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP).

Tal como dito, compreendemos as constantes GLOs efetivadas no Rio de Janeiro nos últimos anos enquanto prelúdios, ensaios do que seria a Intervenção federal e, também, enquanto instrumentos de afirmação dos discursos sobre crise e sobre incontrolabilidade da situação da violência urbana no estado, comumente direcionados às comunidades marginalizadas. Uma ilustração bem recente deste direcionamento é um dos discursos do recém-eleito governador do estado do Rio de Janeiro, o ex-juiz federal Wilson Witzel, proferido em novembro de 2019 (que aqui pincelamos a título de provocação, já que o objetivo deste trabalho não é o de realizar um aprofundamento nas recentes questões da era Witzel), no qual este afirma que o Rio de Janeiro tem índices de segurança semelhantes aos de Madri, Nova York e Paris, e que homicídios, tráfico, milícias e tiroteios estão situados, na verdade, nas comunidades, e não nos locais para onde se deslocam os turistas, os pontos turísticos e os bairros elitizados da zona sul da capital. (Mendonça, 2019).

Esta declaração de Witzel materializa em si uma trindade de projetos e perspectivas compostas pelo fantasma do Rio de Janeiro considerado a “Paris dos Trópicos” (tal como tanto pretendia o prefeito Pereira Passos, o “artista demolidor”, no começo do século XX), pelo projeto do Rio de Janeiro enquanto “Barcelona dos Trópicos” (nomenclatura que apresentamos para sintetizar a experiência da reconstrução da cidade para os Jogos Olímpicos e o envolvimento com consórcios vindos da Espanha, sobretudo da Catalunha) e pela habilitação do Rio de Janeiro como novo campo da teoria/política pública das janelas quebradas de Rudolph Giuliani, ex-prefeito de Nova York, que propõe a tolerância zero para a organização da segurança pública. Idealizações partidas de Paris, Nova York e Madrid/Barcelona figuram como símbolos de um dever-ser e sintetizam, assim, as tentativas de diferenciação sócio-espaciais e as narrativas oficializadas locais sobre violência. Pouco antes desta declaração, o governador, afirmador público da proposta do “tiro na cabecinha”, pousava de helicóptero no meio da ponte Rio-Niterói, a Ponte Presidente Costa e Silva, para aos pulos e gritos celebrar uma operação policial que considerou super exitosa: tiros à luz do dia de um sniper da polícia contra um rapaz jovem negro que, portando arma de brinquedo, havia feito reféns em um ônibus. Revive ali o fantasma do ônibus 174.

No dia 27 fevereiro de 2018 o interventor Braga Netto realizou a sua segunda coletiva de imprensa, sendo esta a primeira feita depois de selecionar efetivamente a sua equipe. Esta segunda entrevista aconteceu no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) (Portal do Governo do Brasil, 2018), sendo este apresentado como o espaço no qual se constitui o gabinete da Intervenção

federal, a ser comandado pelo general Mauro Sinott Lopes. Este acompanhou Braga Netto na coletiva em questão, juntamente ao general Richard Fernandez Nunes, que foi ali apresentado como o novo secretário de segurança em substituição ao delegado Roberto Sá.

Neste segundo momento, afirmou o interventor novamente a importância da integração das inteligências de todos os órgãos de segurança pública para o sucesso das operações que seriam feitas a partir da Intervenção. Afirmou, ainda, que o decreto presidencial instaurador da Intervenção visava “pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública do Rio de Janeiro”, e que as missões principais da Intervenção – cuja intenção última é a de “integrar e cooperar” – seriam a de recuperar a capacidade operativa dos órgãos de segurança pública e a de baixar os índices de criminalidade no estado do Rio funcionando como, segundo expôs, “um laboratório para o Brasil”. Sinott Lopes, por sua vez, sentado à mesma mesa, se manifestou no sentido de que a Intervenção seria “uma janela de oportunidades”, e de que “o que vai permanecer no tempo é justamente atuar sobre os gargalos que trazem dificuldades para os órgãos de segurança pública”.

Os currículos destes dois grandes braços do interventor também são apresentados ao público. Richard Fernandez Nunes ficou à frente dos comandos referentes à prevenção e ao combate ao terrorismo durante a Copa das Confederações em 2013 e durante as Olimpíadas em 2016 (Frazão, 2018). Entre 2014 e 2015 foi, por alguns meses, um dos comandantes da Operação São Francisco, feita no Complexo da Maré, a qual visou a “pacificação” do local. Sinott Lopes igualmente trabalhou nas Olimpíadas, nas ações no

Complexo da Maré entre 2014 e 2015 e também nas ações na Rocinha em 2017 (Araújo e Candida, 2018). Os três homens que encabeçaram localmente a Intervenção federal, portanto, tem trajetórias semelhantes em seus relacionamentos com o estado do Rio e sua população, sendo treinados nos maiores dilemas da questão criminal contemporânea local. Para além destes, também compõem a equipe central da Intervenção: Gen. Bda. Paulo Roberto Rodrigues Pimentel (Sub-chefe da Secretaria da Intervenção Federal); Gen. Div. Laélcio Soares da Andrade (Chefe da Secretaria de Administração e Finanças); Delegado David Anthony Gonçalves Alves (Secretário de Administração Penitenciária); Coronel Roberto Robadey Costa Junior – Cel. BM (Secretário de Defesa Civil). Considerando que uma das teses apresentadas neste trabalho é a de que uma das características da conjuntura política contemporânea é a da ocupação exponencial de cargos políticos significativos por militares (o que acaba sendo fortalecido a partir de experiências como as descritas aqui), entendemos haver relevância no mapeamento e na descrição destes nomes, e seguimos no acompanhamento de suas trajetórias.

Além das duas coletivas de imprensa mencionadas, destacamos que Braga Netto, em março de 2018, ofereceu uma entrevista exclusiva para o Globo News no Palácio Duque de Caxias (Globonews, 2018), na qual novamente afirmou a necessidade da integração entre as forças de segurança como solução para as problemáticas do campo da segurança pública no Rio de Janeiro. Nestes discursos públicos das autoridades centrais da Intervenção federal saltou, assim, uma preocupação com o estabelecimento de uma integração entre as forças de segurança, que é posta como uma das expectativas centrais

de permanências pós-intervenção, ou, em outras palavras, do que ficaria como legado – esta que é uma das palavras da vez deste “*New World*”, slogan oficial do Rio de Janeiro imerso na energia dos Grandes Eventos. Entende-se, numa primeira camada (mais explícita), que a falta de integração seria um dos gargalos para os problemas de falta de transparência, falta de *accountability*, falta de compartilhamento de informações e até mesmo para a falta de operacionalidade e de eficiência das instituições de segurança isoladas.

A partir do verificado em experiências postas em prática nos constantes Grandes Eventos sediados na cidade (sendo as Olimpíadas o exemplo compreendido como o mais bem-sucedido, conforme percebemos na cena 1, que narra a premiação respectiva), bem como nas Operações de Garantia de Lei e Ordem, o caminho da integração entre diversas forças de segurança – dos policiamentos diversos aos Bombeiros e às Forças Armadas – e a defesa social é apontado, portanto, como o caminho ideal para a otimização e eficácia destas forças, a serem amplamente auxiliadas por aparatos tecnológicos de comando, controle, vigilância e comunicação.

No discurso que fez na ocasião da assinatura do decreto oficial da Intervenção, a cena 2 da abertura deste artigo, Michel Temer também apresentou preocupações com a possibilidade de um legado, afirmando que “não vamos aceitar que matem nosso presente e nem que continuem a assassinar nosso futuro” (Exame e Agência Brasil, 2018). A ânsia por deixar uma espécie de marca histórica civilizatória (concretizada em respectivos monumentos, prédios, instalações, dispositivos, ações e etc.), se coloca como um traço comum às propostas de autorida-

des gestoras, preocupadas em materializar com falsas novas roupagens, falsos aspectos de “*New Worlds*”, estigmas relativos a permanências históricas de longa duração.

Os órgãos centrais participantes da Intervenção federal, por tudo isso, seriam: Comando Militar do Leste – CML; Governo do Estado do Rio de Janeiro; Gabinete de Intervenção Federal; Secretaria de Estado de Defesa Civil – SEDEC; Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Rio de Janeiro – SEAP; Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro – SESEG; Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro; Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro. As documentações fundamentais apresentadas para o funcionamento da Intervenção foram: Plano Estratégico do Gabinete de Intervenção Federal (Revisado em out/2018); Plano Preparatório para Transição da Intervenção Federal (jun/2018); Plano Orçamentário do Gabinete da Intervenção Federal (set/2018); Plano de Aquisições do Gabinete da Intervenção Federal (portaria de fev/2019); Plano de Gestão do Conhecimento (nov/2018); Plano de Gestão de Riscos; Plano de Legado do Gabinete da Intervenção Federal (s/ data). Todos, exceto o de riscos, estão disponíveis no portal oficial (<http://www.intervencaofederalrj.gov.br/>). A análise mais detalhada das informações constantes neste material bastante extenso, aqui apresentadas de forma geral a título informativo, é feita por nós em trabalhos propriamente dedicados aos temas.

Ainda em março de 2018, em outra coletiva no Centro Integrado de Comando e Controle, desta vez juntamente a parlamentares, Braga Netto afirmou, a partir dos levantamentos feitos com relação ao campo da segurança pública durante o primeiro mês de

trabalho, que, para garantir as operações e superar as dívidas com salários e com fornecedores, seriam necessários recursos na ordem de pelo menos R\$3.1 bilhões (Werneck, 2018). Em compensação, inicialmente o Governo Federal falou sobre liberar, no máximo, R\$1 bilhão para estes gastos, e deixou a confirmação incerta por um período considerável (Pereira, 2018), até que confirmou entregas na ordem de R\$ 1,2 bilhão. Neste mesmo período, relativo aos primeiros meses da Intervenção, fabricantes fizeram doações de fuzis e munições, com entrega simbólica realizada no forte de Copacabana. Nesse evento, participaram Braga Netto, Richard Nunes, Salesio Nuhs (presidente da Forja Taurus) e Fabio Luiz Munhoz Mazzaro (presidente da Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC). Salesio Nuhs doou 100 fuzis T4 enquanto o presidente da CBC chegou a doar 100 mil munições calibre 446 (Porcidonio, 2018).

Vila Kennedy, Vila Aliança e Coreia, na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, foram escolhidas como os primeiros alvos das operações da Intervenção federal. Chegam notícias de que o Exército passou a revistar e a fichar sem critério os moradores, tirando em celulares pessoais fotografias e tomando seus dados (Betim, 2018a). De acordo com Braga Netto, na já mencionada entrevista solo exclusiva à Globo News, esta prática se justificaria pela necessidade de se averiguar instantaneamente se a pessoa não possui antecedentes criminais, o que evita gasto de tempo e de recursos públicos com uma ida à delegacia. As operações nestas regiões também acendem a discussão dos mandados coletivos de busca e apreensão nas casas, ou seja, da busca e apreensão feita sem endereço delimitado, o que, considerando a razão de ser do direito fundamental

à inviolabilidade de domicílio, é ilegal. Nessa mesma entrevista, ao ser questionado sobre esta questão, Braga Netto, mais uma vez revelando um olhar estigmatizante para justificar ilegalidades, afirma que não há que se falar em mandados coletivos, mas sim, em mandados que tomam por referência uma certa área de casas dentro de uma comunidade, dada a dificuldade de se estipular o endereço correto, sobretudo o número da casa buscada, quando o contexto é o estilo de moradia nas comunidades populares.

No dia 7 de abril de 2018, foi efetivada aquela que, segundo o secretário de segurança Richard Nunes, foi a operação mais exitosa feita até então: a Operação Medusa. Em Santa Cruz, na Zona Oeste da cidade, as forças de segurança entraram em um show – evento público, com venda de ingressos e anúncios nas rádios e nas mídias em geral – e realizaram a detenção genérica de pelo menos 159 homens, incluindo adolescentes, partindo do princípio de que se tratava de uma festa de milicianos e de que todos esses homens teriam algum tipo de envolvimento com atividades criminosas. Um dos presos foi Pablo Dias Bessa Martins, artista de circo que possuía viagem de trabalho marcada para a Suécia. Segundo Richard Nunes:

Fizemos uma operação que caracteriza o seguinte: não importa se o crime organizado é armado pelas diversas facções criminosas que nós enfrentamos ou se é desarmada, que caracteriza corrupção. Nós vamos combater esse crime implacavelmente. O crime não compensa e a sociedade do Rio de Janeiro cada vez mais vai se convencer disso. Essa é uma semana muito exitosa para a segurança pública do nosso estado. A intervenção federal começa a apresentar resultados positivos. Foram diversas apreensões, di-

versas operações bem-sucedidas e essa, sem sombra de dúvida, foi a mais exitosa. (DEMORI e PRADO, 2018).

Da mesma forma que são feitas buscas coletivas em domicílios populares sem respeito aos parâmetros legais mínimos, são feitas apreensões coletivas dos próprios indivíduos também em compasso de suspensão de direitos, mesmo estando estes em atividades que poderiam ser interpretadas como absolutamente cotidianas, mas que, graças aos estigmas que recaem sobre eles e sobre a localidade de onde vêm, não o são. Perceptível é aqui a negação do direito ao lazer nas áreas periféricas da cidade, enquanto que outras práticas de lazer e de consumo – sobretudo quando conectadas a estéticas e a propostas internacionais, próprias da cidade “*commodity*” (Vainer, 2000) – são plenamente autorizadas e incentivadas. Não assistimos nas regiões tomadas por “áreas nobres” cenas semelhantes ao ocorrido em Santa Cruz, mesmo quando mimetizam de forma estereotipada e embranquecida manifestações e produtos culturais tais como os próprios bailes funk. Sobre isto, Stephen Graham (2016, p. 75) afirma que “sistemas de comando e controle em estilo militar atualmente estão sendo estabelecidos para amparar a política de ‘tolerância zero’ e práticas de monitoramento urbano criadas para excluir consumidores falidos ou figuras indesejadas dos novos enclaves de consumo e lazer”.

Ao retrocedermos um pouco ao tempo da Intervenção, puxando a linha da primeira cena apresentada neste trabalho (a fala do secretário extraordinário de segurança para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça, Andrei Rodrigues), temos que foi anunciado nos portais oficiais durante as Olimpíadas que o esquema integrado de segurança para elas montado seria o maior da história

do país (Portal Oficial do Governo Federal Sobre os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, 2016). Antes disso, já havia sido anunciado que um dos maiores legados da Copa do Mundo de 2014 seria justamente o esquema de segurança – investimento, a nível federal, de R\$1,17 bilhão – que reforçou técnicas de integração entre diversas instituições (entre Polícias, Ministérios, secretarias e instituições jurídicas) e tornou-se paradigmático. (Ministério da Defesa, 2014).

Pelo trabalho realizado, tal como nos permite visualizar a primeira cena em questão, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) recebeu em dezembro de 2016 o Prêmio de Boas Práticas do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), este que atestou publicamente que a operação de segurança integrada das Olimpíadas foi institucionalmente reconhecida como um sucesso. Em 2017, o prefeito Crivella chega a afirmar, na ocasião do lançamento do programa Rio de Janeiro a Janeiro (uma espécie de calendário de Grandes Eventos), que, para ter segurança, seria bom ter Olimpíada todo mês, porque é um evento do Brasil (Colho e Rodrigues, 2017).

Os Centros Integrados de Comando e Controle (CICC), advindos do Sistema Integrado de Comando e Controle (SICC) regulamentado pelo Governo Federal em 2014, são outros dos exemplos ressaltados em termos de avanços no campo da segurança, eis que materializam tecnicamente a ideia da integração, cara às diretrizes centrais dos esquemas de segurança segundo os discursos oficiais. Passados os eventos, os CICCs dos estados foram absorvidos pelas secretarias de segurança respectivas; no caso do Rio de Janeiro, este tomou contornos mais peculia-

res, dentre os quais o de ser absorvido como gabinete da Intervenção militar.

“Para mim, que sou delegado da Polícia, o legado imaterial é mais importante, que é o da integração”, afirmou à época Andrei Rodrigues. Essa é a mesma opinião do chefe da Assessoria Especial de Grandes Eventos do Ministério da Defesa, general Luiz Felipe Gomes: “Um dos grandes legados desses jogos é a integração, e isso não pode acabar durante os jogos. Essa integração nos coloca em vantagem em relação a outros países.”

Para além do CICC, foi criado um Centro de Cooperação Policial Internacional (CCPI) com a participação de policiais de 55 países, e assim ideia da integração, sempre muito ressaltada pelas autoridades, encontra seu alcance internacional (Miranda, 2016). Neste mesmo sentido, nos últimos anos a cidade do Rio passa a também sediar eventos internacionais específicos do mercado de segurança, como é o caso dos eventos da Latin American Aerospace e Defense (LAAD), a mais importante exposição internacional de fabricantes e fornecedores de tecnologias, equipamentos e serviços para segurança pública na América Latina. Este evento ocorre no eixo Rio-São Paulo desde 2009 com edições anuais, alternando-se entre exposições de segurança e de segurança e defesa, sendo a visitação restrita a alguns profissionais da área. Em 2013, fatídico ano em que ocorreram a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, esta feira funcionou também como uma espécie de mostra das armas e tecnologias adquiridas pela SESGE e pelas secretarias de segurança pública para serem utilizadas nos Grandes Eventos no Brasil. Naquele ano, estiveram expostas armas e tecnologias tanto aqui fabricadas quanto importadas da Alemanha (como foi o caso dos trajes anti-bomba e dos

kits de armamentos não-letais), da África do Sul (como o blindado Maverik, a ser utilizado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro) e de outros países que também expuseram seus armamentos e suas tecnologias. Em 2014, foi montado na LAAD um protótipo de Centro Integrado de Comando e Controle para experimentação, por parte dos seletos visitantes, pelas empresas Aceco TI, Agora Telecom, Comtex e Módulo.

Conforme nos lembra Bruno Cardoso (2014, pp. 10-11), o Centro Integrado de Comando e Controle carioca ficou pronto em 2012, com dois anos de atraso (sendo inaugurado oficialmente em maio de 2013). Este, segundo o autor, é um aperfeiçoamento do antigo Centro de Comando e Controle, um centro de videomonitoramento coordenado pela PM em comunicação direta com os bombeiros, já existente na cidade desde 2005. O CICC traz como diferencial a mudança para prédio próprio, a alta tecnologia empregada e a respectiva integração física de diversas forças de segurança e outras forças correlatas. Segundo o autor:

O Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) foi concebido como um aperfeiçoamento estrategicamente planejado do Centro de Comando e Controle (CCC), ponto nevrálgico do sistema de videomonitoramento da Secretaria de Segurança, que, desde 2005, a Polícia Militar opera na região metropolitana da capital (Rio de Janeiro, Niterói e Baixada Fluminense). O CCC era localizado na torre da Central do Brasil, espaço que, embora tivesse sido adaptado ao seu funcionamento, contava com limitações estruturais de difícil transposição para a inevitável expansão do sistema de câmeras, e para a realização de um trabalho mais integrado e coordenado com outras

instituições públicas implicadas na segurança. (...) A transposição para um novo prédio, construído especificamente para tal função, pretende proporcionar uma oportunidade ímpar para a elaboração, e posterior execução, de uma planificação definida e de longa duração para esse modelo de atuação em segurança pública (ao menos é o que afirmam os discursos oficiais). A transformação trazida pelo conceito de integração, que constitui a principal diferença entre os dois centros, fica evidenciada na comparação das diretrizes ligadas ao espaço físico destinado ao seu funcionamento. (Cardoso, 2014, pp. 10-11)

Casos de infiltração policial com participação das ordens internas dos CICCs se tornaram conhecidos, sendo um deles o caso de Maurício Alves, sargento da PM do DF e integrante da Força Nacional, que espionou ativistas no primeiro semestre de 2014 – pessoalmente nos protestos e também nas redes sociais – e repassou as informações para seu comandante, alocado no CICC carioca. Maurício comparecia às manifestações no Rio de Janeiro, filmava e enviava as imagens ao vivo para o Centro, espaço no qual estava sendo posta em prática a operação de segurança para a Copa. Seu depoimento nestas circunstâncias entrou como prova no inquérito conhecido como o “Caso dos 23” (Agência Pública, 2017), a criminalização de 23 ativistas.

A região em que é construída a estrutura do CICC é a região da Praça XI, no bairro da Cidade Nova, em local vizinho ao sambódromo e ao próprio prédio da prefeitura da cidade. Entre finais do século XIX e primeiras décadas do século XX, essa foi uma região da cidade conhecida por ser habitada por proletários, negros, imigrantes, e, por

ser um dos berços do samba carioca, local no qual algumas das “tias” mais famosas abriam seus

nte Vargas, e em momentos subsequentes, a região passou por criticáveis reformas que fizeram com que moradias e espaços culturais populares fossem botados abaixo em nome da busca por mais espaço para alargamento de avenidas e para a construção de edifícios modernos. Em 2019, com a extinção da Secretaria de Segurança do Estado, por decisão de Witzel, o CICC passa a ser dividido entre as secretarias da Polícia Civil e da Polícia Militar. (Coelho, 2019). Daí, certamente novas questões se colocarão.

A ideia de Comando e Controle parte de fundamentos de organização militar, no caso, das Forças Armadas, e é conhecida internamente pela sigla C2, a qual se estrutura a partir de doutrinas do Ministério da Defesa (Sistema Militar de Comando e Controle, SIS-MC2). Conforme apresenta a Marinha (Marinha do Brasil), “é, simultaneamente, ciência e arte. Ele trata do funcionamento de uma cadeia de comando e envolve três componentes imprescindíveis e interdependentes: autoridade, processo decisório e estrutura”. Fala-se em avanços nesta ideia, que caminhou para C3I (inclusão de Comunicações e Inteligência), C4I (inclusão de Computador) e, hoje, é internacionalmente reconhecida como C5ISTAR (computação, comunicação, cibernética, inteligência, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento).

O aparato/espaço tecnológico do CICC é aqui elegido enquanto uma espécie de pal-

co/espaço por onde podemos construir um possível arco narrativo que envolve os Grandes Eventos e a Intervenção militar que, apesar de ser apresentado como artefato de um “*New World*”, atualiza e fortifica estigmas de longa duração. Pensar sobre os efeitos simbólicos e discursivos que produz, sobre o seu papel nesta atualização e fortificação de estigmas, e, ainda, sobre como tem sido um espaço de articulação de forças institucionais repressoras, a nosso ver, pode ser mais significativo para o campo criminológico crítico do que pensar isoladamente e simplesmente sobre a sua eficiência técnica, sobre seus efeitos práticos numéricos frente aos índices de criminalidade. A questão da integração (ou seja, do trabalho conjunto e bem articulado entre as forças de segurança e correlatas), do comando e do controle e seus respectivos aparatos, atingindo ou não os propósitos, os números, os índices, desejados e planejados pelas autoridades (mergulhadas em sua fixação em transmitir sensação de segurança para determinadas classes), produz efeitos simbólicos, serve como elemento justificador e confirmador de recrudescimentos repressores, conforme temos demonstrado até aqui.

Em outras palavras: aqui não nos parece de primeiro plano de importância analítica para o campo da criminologia crítica averiguar matematicamente se integrar as forças de segurança é algo que de fato produz índices mais celebráveis de diminuição de violência e criminalidade, ou se a integração sequer se realiza materialmente, na prática operacional (e seja por desorganização, por conflitos internos entre as forças de segurança, por problemas com investimentos, dificuldades de treinamento e operação das estruturas, ou por diversos outros motivos, acreditamos que mesmo as funções decla-

radas não se realizam). Para além de buscar averiguar se o CICC cumpre suas funções declaradas, ou seja, para além de pensar se este é de fato um instrumento sócio-técnico (Latour, 1998) de produção de eficiência em índices de segurança, ou, ainda, se este concretiza efetivamente a ideia da integração, buscamos aqui questionar esta lógica e pensá-lo enquanto parte de uma espécie de ideologia de segurança que, acima de tudo, tem aberto espaço para uma ampla participação das forças armadas tanto na organização do campo da segurança pública em sentido estrito quanto em cargos políticos significativos. O propósito maior da reflexão que aqui fazemos é, com efeito, girar o olhar para as instituições e suas tendências de atuação e dimensionamento de relações de poder; buscamos organizar esta informação sobre os holofotes, apresentar o que e quem está sendo posto em evidência, as tendências de trabalho e tecnologia que contribuem com o impulso a estes destaques, e desenhos de conjunturas políticas específicas e respectivos desafios.

“Deixar instituições de Segurança Pública fortalecidas e integradas, trabalhando com sinergia em prol de um Rio mais seguro” é o grande objetivo de legado para a Intervenção, conforme exposto em seu portal oficial. No discurso de encerramento da Intervenção, em cerimônia no dia 27 de dezembro de 2018, quando 74% do montante total de investimento já havia sido aplicado, o interventor afirma ter atingido satisfatoriamente os objetivos (Alves, 2019). Por ocasião desta cerimônia, Braga Netto e Richard Nunes receberam o prêmio da Medalha Tiradentes do governador em exercício, Francisco Dornelles, e do deputado estadual André Céciliano (PT). Em setembro de 2018, em pesquisa local de satisfação, o Instituto Datafolha

apresentou o dado de que 72% dos entrevistados desejavam a continuidade da Intervenção. (G1, 2018). Hoje (março de 2020), passados mais de seis meses da data limite colocada pelo plano de transição para o fim do funcionamento do gabinete da Intervenção (jun/2019), as redes sociais de marketing do gabinete, tais como o *twitter* (<https://twitter.com/intervfederalrj>), continuam na ativa e apresentando ações em andamento.

Também em 2018, os índices de letalidade policial, que explodiram em 2019, apresentam significativo crescimento, sendo a Intervenção apontada como seu grande impulsionador. Entre janeiro e agosto de 2018, 1.075 pessoas foram registradas como assassinadas pela polícia (em 2019, no mesmo período, 1.249 pessoas), apesar dos índices nacionais gerais sobre homicídios registrarem quedas (que, no caso do RJ, foi de 21,5%). Estes são os maiores números de mortos por ações policiais já registrados na história do Instituto de Segurança Pública (ISP), que já faz esses registros desde o ano de 2003. A redução do número de latrocínios e crimes contra o patrimônio no geral tornou-se uma das bandeiras legitimadoras da Intervenção militar, pois para estes crimes foram apresentados bons índices de redução e resolução. Por estas e outras, tal como dito, não é suficiente tomar como primeiro plano analítico, e/ou isoladamente, a legitimação de estatísticas que apontam supostas estratégias como eficientes no “combate” à criminalidade, ignorando as tensões entre funções declaradas e funções ocultas de políticas de segurança pública.

Em setembro de 2019, porém, o Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro (CENPE/MPRJ) apresentou importante contraponto à possível argumentação de que o aumento da letalidade por parte

de agentes de segurança se justifica por ter sido revertida em mais segurança – e segurança no sendo hegemônico, o sentido que vai de acordo com a criticável bandeira do “combate à criminalidade” - para a população. O CENPE/MPRJ divulgou dados analisando comparativamente as 39 áreas integradas de segurança pública e concluiu que não há conexão entre o aumento da violência policial e a redução tanto de crimes dolosos contra a vida quanto de crimes contra o patrimônio; em algumas áreas nas quais houve um aumento no número de vítimas de violência de Estado, não houve diminuição destes crimes, e em áreas nas quais houve diminuição destes, não há que se falar em aumento significativo de letalidade. Não haveria como se afirmar, assim sendo, uma necessária conexão entre estas duas variáveis.

O Instituto de Segurança Pública (ISP), o mesmo que apontou que o número de mortes por intervenção policial diminuiu progressivamente a partir de 2008 (ou seja, justamente a partir do ano da implementação das UPPs), divulga que, a partir de 2014, estes números voltaram a subir, sendo que a partir de 2016 subiram drasticamente. Em 2017, primeiro ano pós Grandes Eventos, o Instituto apresenta que os números já se aproximavam da realidade pré-implementação das UPPs, o mesmo valendo para o número de policiais mortos em serviço (Instituto de Segurança Pública, 2018). Numa leitura mais conservadora, isto pode indicar aumento de confronto, o aumento de oposição armada às operações de segurança. Estes levantamentos e outros que, no geral, apontam para o crescimento do número de homicídios no Rio de Janeiro, são exemplos de dados que poderiam ser instrumentalizados como certa justificativa estatística

para que fosse necessária uma nova reformulação drástica no campo da segurança pública. Daí, só a fé na Intervenção militar.

Curiosamente, apesar do alarmismo diante destes dados, refletidos inclusive na já apresentada fala do ex-presidente Michel Temer, o governador recém-eleito Wilson Witzel, ao ser entrevistado no Rock in Rio em outubro de 2019, afirma que índices do ISP apresentam o Rio de Janeiro como a segunda cidade mais segura do país, estando esta no caminho de se tornar a mais segura, sem deixar maiores explicações com relação a quais dados efetivamente se referia. (Estadão Conteúdo, 2019).

Entre dados e discursos há, dessa maneira, um estranho balanço entre as ponderações sobre o verdadeiro perfil da cidade do Rio de Janeiro, ora apresentada como segura, ora apresentada como insustentavelmente insegura – a depender do tipo de política, de práticas de controle e gestão de populações, que se pretende legitimar. A política das UPPs, experimento controverso que hoje caminha para a desativação completa, mas que há pouco era considerada a grande proposta de salvação político-institucional para as crises de segurança da época (2008 em diante), é mais um elemento componente do raciocínio que estamos construindo aqui, ao englobar ações institucionais cujo grande marco de virada é a conferência da ONU sobre mudanças climáticas, a Rio-92. Esse Grande Evento abriu as portas para a primeira grande operação com envolvimento de forças armadas no pós-redemocratização.

O contraste entre as duas cenas inaugurais deste trabalho, que buscam representar as pontas sensitivas do arco narrativo deste trabalho, mostra que a cidade do Rio de Ja-

neiro vacila e oscila entre seguidos instantes de celebração de resultados no campo da segurança e afirmação de novas crises, novos problemas, novas necessidades de intervenções radicais. Em 2016, se celebra conquistas do sistema integrado, se celebra a maior operação de segurança integrada da história do país, se celebra os investimentos recordes no campo da segurança pública e os prêmios e resultados advindos destes investimentos. Já no começo de 2018, ou seja, pouquíssimo tempo depois, se afirma a falta de segurança levando a um cenário insustentável, devendo ser solucionado por uma gestão tocada pelas Forças Armadas. Esta oscilação, conforme tentamos também concluir aqui, é uma imagem constante, a depender dos interesses políticos hegemônicos que se tenta efetivar na cidade, no Rio da Secura que deságua na guerra.

Neste mesmo sentido, fica evidente a instrumentalização da estatística como guia de determinadas políticas (ou necropolíticas), como afirmam Leite e Farias:

A estatística, vale lembrar, foi produzida e continua operando, no interior das relações de poder dominantes, enquanto 'saber de si do Estado' inerente ao funcionamento de uma engrenagem administrativa capaz de identificar em cada estado suas possibilidades de desenvolvimento. Não podemos desenvolver aqui as muitas modalidades de governo das favelas e de seus moradores praticadas no Rio de Janeiro funcionando a partir dessa lógica, ao longo de diversos contextos políticos e até suas mais recentes faces – o experimento UPP e a decretação da intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro, com apoio decisivo da estatística para a legitimação de sua implementação. (...) Uma das mais

importantes dessas estratégias tem sido transformar em números não apenas os vivos, mas também os mortos. Contabilizar, ocupar, cercar tornam-se ações cada vez mais centrais às políticas de estado e verbos cada vez mais assustadores à população. (2018, p. 254).

Em todas as entrevistas citadas, Braga Netto e seus coligados – com base explicitamente ou não nestes dados – se manifestaram sobre a importância de ser repassada para a população do Rio de Janeiro a sensação de segurança e sobre a preocupação com o aumento da criminalidade nos últimos anos. Diante disto, convocou a mídia para que reforçasse a divulgação das ações positivas da Intervenção, entendendo que isso poderia mudar a percepção da população e ampliar a credibilidade das instituições. Para que seja garantida esta sensação de segurança, grande parte da população fluminense é jogada na necessidade de sentir o seu lugar na cidade – o seu lugar de classe, o seu lugar de raça, o seu lugar de gênero. Para uns, a sensação de segurança enquanto sentimento político parte do *menu* de seu lugar privilegiado; para outros, trata-se da aventura de manter-se vivo, de aquilombar-se e de insistir na própria existência, apesar da racionalidade de extermínio que emana da governamentalidade neoliberal militarizada presente no Rio de Janeiro *commodity* contemporâneo.

Para além dos números, cenas das vidas de pessoas reais ilustram bem o significado da explosão no número de caos de assassinatos por agentes de segurança durante a Intervenção. Bruna da Silva, de 38 anos, é uma das dezenas de mães que adentrou a luta por justiça por ter um filho assassinado pelo Estado no Rio de Janeiro. Marcos Vinícius foi morto em uma operação no Complexo

da Maré em junho de 2018, quando estava a caminho da escola. A imagem de Bruna com o uniforme de escola pública sujo de sangue e rasgado por balas, que ainda hoje ela carrega como símbolo em atos, eventos, ecoa pela cidade.

É necessário mencionar, também, que o estado do Rio de Janeiro, entre 2016 e 2017, passou por um crítico momento em que a prestação, a continuidade e a remuneração de trabalhadores de serviços públicos fundamentais tais como saúde e educação foram prejudicadas. Fez-se valer, novamente, o jargão de Washington Luís de que questão social é questão de polícia. Um estado que precisou assinar um regime de recuperação fiscal em setembro de 2017, apresentou a Intervenção federal no campo da segurança pública como saída possível para problemáticas de contornos muito mais profundos. Neste mesmo sentido, Temer, no já mencionado discurso em que decreta a Intervenção, afirmou que esperava por um resultado positivo com relação à votação da Reforma da Previdência, o qual poderia influir na questão da Intervenção, constituindo mais uma prova da conexão entre as duas questões (Exame e Agência Brasil, 2018). No fim, os problemas financeiros, políticos e de gestão atingiram até mesmo a própria Intervenção, considerando que o orçamento foi menor do que o esperado pelo próprio interventor e demorou alguns meses até ser confirmado.

Enquanto a invasão e ocupação de territórios em favelas for uma estratégia fundamental para a garantia desta sensação, poderemos reconhecê-la enquanto um grande recurso discursivo para a garantia de privilégios de parte da população e para o conseqüente controle de outras partes, submetidas a um cotidiano de guerra e terror. Em outras pala-

avras, enquanto se compreender, a partir de um rasteiro raciocínio causal, as comunidades populares como berçários das violências urbanas (lógica não muito distante à da sua afirmação, em séculos passados, enquanto berçários de doenças), e, assim, se direcionar a elas apenas discursos e práticas bélicas, não se oferecerá à cidade mais do que a reprodução de velhas práticas institucionais de violências, opressões e segregações. E para velhas práticas – mesmo quando mergulhadas nas novas roupagens tecnológicas, modernizantes ou pós-modernizantes – velhos resultados. Neste sentido, tal como expõe Robert Pechman (2002, p. 70), “polícia”, no Rio de Janeiro, surge não como força somente de contenção de criminalidade, mas, também, força que visa “polir”, ou, ainda, “adornar, assear”. Stephen Graham, por sua vez, expõe, ao discutir sobre urbanismo militar que

A guerra mobiliza uma dialética carregada de apego ao local: a ideia de que ‘nossos’ lugares são a antítese dos lugares do inimigo demonizado. Com frequência, essa polarização é fabricada e reciclada por meio dos discursos do Estado, amparados por representações adequadas à cultura popular. Ela sentimentaliza determinado espaço enquanto destitui a humanidade dos espaços do inimigo. (2016, p. 93):

O novo urbanismo militar, de forma geral aponta para a ideia de que (Graham, 2016) “novas ideologias militares de guerra permanente e sem limites estão intensificando radicalmente a militarização da vida urbana. Longe de ser novo, o processo apenas acrescenta toques contemporâneos a transformações contínuas (...) para normalizar a guerra em si (...)” (p.121). Neste sentido, o de carregar continuidades históricas, é interessante lembramos que, tal como ocor-

reu nas UPPs, as operações da Intervenção, e mesmo as GLOs que lhes antecederam, estão sendo implementadas nas áreas das “cidades negras” (Chalhoub, 2011), ou “cidades quilombadas” (Neder, 1997), ou, ainda, nas áreas em que habitam os que Loic Waquant nomeou por “Condenados da Cidade” (2001), a fim de manter estas populações sob controle militarizado.

Passada a agitação dos Megaeventos, e, ainda, a partir do impulso à ascensão do conservadorismo no pós-impeachment de 2016 e na era da Operação Lava-jato, colhe-se a renovação e o aprofundamento do discurso da guerra, do paradigma bélico, inclusive o consequente retorno de membros das Forças Armadas aos holofotes políticos e institucionais e aos espaços de formulação da opinião pública no geral. Exemplos explícitos disso foram as declarações do General Villas Bôas, comandante do exército brasileiro, em suas redes sociais oficiais no dia 3 de abril de 2018, ocasião da véspera do julgamento do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva no STF. Segundo o general: “Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição, à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais.” (Villas Bôas, 2018).

As declarações de Villas Boas foram compartilhadas também por vários outros militares de altas patentes nas redes. O general Freitas, comandante militar do oeste, afirmou em seu Twitter, para os seus quase 5 mil seguidores que: “Mais uma vez o Comandante do Exército expressa as preocupações e anseios dos cidadãos brasileiros que vestem fardas. Estamos juntos, Comandante @Gen_Villas-Boas!”. Já o general Pinto Sampaio, também com quase 5.000 seguidores, disse: “Como

disse o consagrado historiador Gustavo Barroso: ‘Todos nós passamos. O Brasil fica. Todos nós desaparecemos. O Brasil fica. O Brasil é eterno. E o Exército deve ser o guardião vigilante da eternidade do Brasil’. *Sempre prontos Cmt!!*”. Por sua vez, o general Miotto respondeu a Villas Bôas: “Estamos juntos meu COMANDANTE!!! na mesma trincheira firmes e fortes!!!! Brasil acima de tudo!!! Aço !!!!” (Betim, 2018b).

Neste mesmo período, o general de exército da reserva Luiz Gonzaga Schroeder Lessa afirmou ao jornal Estadão que se o STF permitisse que Lula se candidatasse e se elegeresse presidente, não restaria alternativa a não ser algum tipo de intervenção por parte dos militares. Segundo ele, “se acontecer tanta rasteira e mudança da lei, aí eu não tenho dúvida de que só resta o recurso à reação armada. Aí é dever da Força Armada restaurar a ordem. Mas não creio que chegaremos lá” (Godoy, 2018).

Stephen Graham (2016), em diálogo com David Harvey, ao discorrer sobre círculos conservadores e seus pensamentos sobre cidades, afirma:

Como argumenta David Harvey, a profunda repulsa antiurbana vai ao encontro de uma tendência cultural mais ampla dentro dos círculos conservadores, nos quais discussões sobre a cidade tendem a “evocar um pesadelo distópico em que tudo o que há de pior no caráter fatalmente falho da humanidade se junta em um abismo de desespero”. Com muita frequência, então, os conservadores imaginam os bairros pobres nas cidades como uma espécie de estado de natureza hobbesiano – uma imagem que se funde perfeitamente com retratos das cidades “fracassadas” ou “selvagens” do Sul global,

produzindo uma fantasia abrangente de urbanismo que engloba interior e o exterior dos Estados Unidos dos conservadores. (GRAHAM, 2016, p. 100).

O autor reafirma, ainda, que nos Estados Unidos – à semelhança do que ocorre nos grandes centros urbanos brasileiros, que vivenciam de forma intensa aquilo que Vera Malaguti chama de “adesão subjetiva à barbárie” (2012, p. 37) – há uma tendência de demonização de determinados indivíduos, normalmente o urbanoide pobre e negro, perpetuado, também pela mídia, enquanto “o outro, selvagem e urbano”. Mais uma vez, afirma Graham, surge a figura do estado de natureza hobbesiano como definidora destes indivíduos, havendo nas cidades, dentro da lógica conservadora, “uma anarquia urbana controlada totalmente à margem da lei por implacáveis gangues de rua e que necessita, em resposta, de uma penologia autoritária e de militarização” (Graham, 2016, p. 101).

Estas vidas, compreendidas pelo pensamento conservador e hegemônico enquanto reprodutoras de uma espécie deste estado de natureza, são aquelas que infligem as “demandas por ordem”, noção esta sempre ressaltada por Vera Malaguti (2012), e que, portanto, oferecem riscos para a cidade e para as vivências que exprimem o hegemonicamente aceitável. São postas, então, como figuras que espraiam tensão, e medo. Manipulando o tal sentimento de segurança contra estas figuras, burocratas põem em prática a governamentalidade necropolítica (Achille Mbembe, 2018) que, no caso brasileiro, em muito bebe de matrizes teológicas conservadoras. Não à toa, conforme nos lembra Gizlene Neder (2007), um dos lemas jesuítas do século XVI é o *perinde ac cadaver*, ou seja, o “obedece como

um cadáver”, de tal forma que a obediência e a submissão – imposta pelos mais diversos dispositivos - podem ser constatadas como elementos de permanência histórica, e estão intimamente conectados com a ideia da “pacificação”, do bom usufruto das cidades por parte de grupos convenientes às “demandas por ordem”. Graham (2016, p. 103), também trazendo para o debate estas matrizes, afirma que “o discurso sobre ‘almas perdidas’ em ‘cidades perdidas’ promove um ‘outro’ essencializado e demonizado. Ao mesmo tempo, promove metáforas militares: o ‘soldado de Cristo’ precisa se mobilizar para recuperar a raça maligna (...)”.

Aos corpos estranhados, lidos como estrangeiros internos, destoantes das paisagens hegemônicas, resta o controle por meio de estratégias de organização autoritária do espaço, por meio de determinados dispositivos tecnológicos, por meio de práticas e discursos institucionais violentos, por meio de criminalizações, ou, até mesmo, por meio do próprio extermínio.

Vera Malaguti Batista (2003, pp. 52-53), em seu estudo sobre o medo na cidade do Rio de Janeiro em diferentes tempos de sua história, nos alerta para o fato de que este sentimento tem historicamente servido como forma de legitimação de estratégias de neutralização e de disciplinamento, afirmando que “sociedades rigidamente hierarquizadas precisam do cerimonial da morte como espetáculo de lei e ordem. O medo é a porta de entrada para políticas genocidas de controle social.”

Neste tom, percebemos neste momento do pós-Grandes Eventos mais uma nova onda de instrumentalização do medo, colocado como um sentimento político opositor à tão desejada sensação de segurança. Se

em momentos “passados” de nossa história a cidade se organizou tendo como motores o “haitianismo”, ou seja, o medo branco de uma organização rebelde massiva da população escravizada, e o medo de contaminações, cujos culpados eram os moradores de cortiços, temos, no contemporâneo, uma atualização deste sentimento político trazendo para o centro a necessidade do combate ao espantinho do traficante de drogas. A imagem deste, sendo construída e constantemente projetada enquanto a imagem de um jovem negro periférico, aponta para a atualização dos motores do passado, e para os laços de continuidade histórica entre as formas como o medo é apropriado.

A cada véspera de drásticas implementações de políticas e de reformas conservadoras há o tensionamento de algum alvo a ser temido e, conseqüentemente, combatido. “A militarização contemporânea está ligada a uma economia do desejo, bem como a uma economia do medo”, é o que afirma Marieke de Goede (como citado em Graham, 2016, p. 124). Com isso, políticas de produção e reprodução do espaço urbano e de busca pela garantia da sensação de segurança (isto é, sensação que remete ao oposto do medo), no contemporâneo constantemente presentes dentro da lógica da guerra permanente, caminham cada vez mais entrelaçadas; temos, ainda, cada vez mais uma identificação entre políticas públicas de organização urbana e políticas de segurança, de controle.

A militarização, ou a sua intensificação em mais uma grande onda, a nosso ver, coloca-se como o verdadeiro e maior dos legados em segurança dos Grandes Eventos. A experiência de sediar eventos internacionais de grande porte bem serviu para alimentar o que Graham (2016) chama de “novo ur-

banismo militar” (e aqui problematizamos este “novo”, mantendo em mente as matrizes conservadoras e autoritárias que formaram nosso país e as permanências históricas de longa duração). Segundo Graham:

O novo urbanismo militar se alimenta de experiências com estilos de objetivos e tecnologia em zona de guerras coloniais, como Gaza ou Bagdá, ou operações de segurança em eventos esportivos ou cúpulas políticas internacionais. Essas operações funcionam como um teste para a tecnologia e as técnicas a serem vendidas pelos prósperos mercados de segurança nacional ao redor do mundo. (2016, p. 30).

Outros autores coadunam com esta mesma conclusão. É o caso, por exemplo, da professora Lia de Mattos Rocha:

Se o argumento apresentado aqui tem validade (...), podemos afirmar que os efeitos do que identificamos como crescente militarização da vida nas cidades brasileiras permanecerão. Pois, se a presença de soldados e aparatos militares nas favelas cariocas não é novidade, o acionamento desta possibilidade com maior frequência e maior aceitação a cada vez que é executado já indica que a retirada das Forças Armadas do cenário da cidade não significa o retorno a patamares anteriores à presença militar: o legado da “pacificação”, assim como dos outros dispositivos apresentados aqui como a GLO, é a disseminação da militarização como elemento ordenador da vida social. Ainda que acionada em alguns contextos, e retirada em outros, a militarização da vida deixa seus sedimentos por onde passa, produzindo um acúmulo que em outros tempos foi chamado de “entulho autoritário”, e do qual ainda lutávamos para nos livrar. (2018, p. 237).

Tentamos oferecer neste trabalho uma reflexão-percurso que põe em xeque a convicção de legado em segurança nos Grandes Eventos e a decisão pela Intervenção federal militar. Questionamos o balanço constante entre afirmação de segurança e afirmação de insegurança e a instrumentalização dos dados referentes por diferentes gestões e em diferentes conjunturas próximas. Utilizamos o CICC enquanto um palco para a construção do arco narrativo aqui presente, avaliando criticamente a ideia da inovação e da dominação sociotécnica (a qual deve ser pensada dentro do contexto das permanências histórias de longa duração), e mostrando, por meio dos discursos das respectivas autoridades, como este Centro e a própria noção da integração das forças de segurança atravessou conjunturas e tem ganhado centralidade. Buscamos revelar a ênfase na militarização da política, e a política enquanto guerra, como um norte posto, trazendo biografias de autoridades e procurando o percurso de ocupação de lugares de relevância que elas tem seguido. Buscamos refletir sobre o fato de que, para além de buscar compreender se a integração se realiza, ou se as tecnologias apresentadas produzem os efeitos declarados e aparentemente buscado pelos dirigentes, é necessário entender os efeitos produzidos de fato pelas instituições na população, já que muitos destes tem se provado nefastos, sendo o aumento da letalidade um deles.

Apesar deste artigo se limitar, por motivos de espaço, tempo e fôlego, a discutir os momentos de passagem entre o afã dos Grandes Eventos, sobretudo os Jogos Olímpicos, e a questão da Intervenção federal militar, e não se propor a aprofundar os diversos dilemas da conjuntura que começa em 2019 com a posse do presidente Jair Bolsonaro e

do governador Wilson Witzel, já pincelamos algumas demandas e, mais ainda, deixamos aqui algumas preocupações enquanto epílogos, que apontam margens para elaborações futuras.

Para além da constante tentativa da afirmação de um “*New World*” ou, ainda, para além do que está na ordem do dia em termos de avanço tecnológico, nos atentemos, também, para as repetições, para as rupturas e para as continuidades históricas que nos constituem socialmente, e, finalmente, para os antigos ovos de serpente que nos rondam, tantas vezes com aparentes novas roupagens.

EPÍLOGO

Cena 1

Abril de 2019. “As ações para desmonte de organizações criminosas, combate à corrupção e aos crimes violentos no Brasil são prioridades do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). Para selar o compromisso de enfrentar esses três problemas, a pasta foi reestruturada de forma a ampliar a troca de informações entre as forças policiais e órgãos estratégicos de todo o país. A decisão do ministro Sergio Moro de criar a Secretaria de Operações Integradas (Seopi) foi o primeiro passo para a condução desta nova política pública para a segurança. Uma dessas ferramentas de integração é o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional (CICCN). Também sob a responsabilidade da Seopi está a Rede de Centros Integrados de Inteligência de Segurança Pública. Os centros são responsáveis por reunir dados de inteligência entre os órgãos estaduais, com o intuito de obter informações sobre integrantes das organizações

criminosas, bem como antecipar investidas destes grupos de forma preventiva.” (“Ações de inteligência e de integração são prioridades na segurança pública”. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1554749468.03>). Em janeiro de 2020, ainda, é assinada pelo ministro Sérgio Moro a Portaria n. 18 do Ministério da Justiça e Segurança Pública que prevê a Doutrina Nacional de Atuação Integrada de Segurança Pública.

Cena 2

Fevereiro de 2020. O general de Exército Walter Souza Braga Netto, comandante em 2018 da Intervenção federal do governo Michel Temer na segurança pública do Rio de Janeiro, foi anunciado como novo ministro-chefe da Casa Civil do presidente Jair Bolsonaro, no lugar de Onyx Lorenzoni.

REFERÊNCIAS

Agência Pública (2017). Um espião contra Eloísa Samy. Disponível em: <<https://apublica.org/vigilancia/infiltrados/um-espiao-contra-eloiisa-samy/>>. Acesso em: jan 2019.

Alves, R. (2019). Cerimônia marca fim da intervenção federal no RJ: ‘Cumprimos a missão’, diz general. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/27/cerimonia-encerra-intervencao-federal-na-seguranca-do-rj.ghtml>.

Araújo, V. e Candida, S. (2018). Conheça o general que é o braço direito do interventor na segurança do Rio. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/conheca-general-que-o-braco-direito-do-interventor-na-seguranca-do-rio-22421631#ixzz5FZkg3eR8>>. Acesso em mar. 2018.

Augusto, A. (2013). *Política e polícia: Cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Betim, F. (2018a). Exército começa a sair da ‘favela teste’ Vila Kennedy após um mês de intervenção e poucos resultados. *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521576120_595895.html

_____, F. (2018b). Do general Villas Bôas à reserva, a ofensiva dos militares que querem voz na política. *El País*. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html

Cardoso, B. V. (2014). Comandando e controlando à distância: modernização tecnológica, integração institucional e segurança pública. *Seminários Temáticos da IV Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia*. v. 1 n. 1. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/react/article/view/1209>.

Chalhoub, S. (2011). *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras.

Coelho, H. (2019). Com o fim de secretaria, Centro de Comando e Controle será dividido entre as polícias Civil e Militar. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/11/com-o-fim-da-seseg-cicc-sera-dividido-entre-pm-e-policia-civil-do-rio.ghtml>

Coelho, H., & Rodrigues, M. (2017). Governos e empresários anunciam calendário de eventos para a cidade. *G1*. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/prefeitura-do-rio-anuncia-calendario-de-grandes-eventos-para-a-cidade.ghtml>

Demori, L., & Prado, P. (2018). Quase tudo o que você sabe sobre a midiática operação que prendeu “159 milicianos” está errado. *The Intercept*. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/04/16/operacao-policial-contra-milicianos/>

Estadão Conteúdo. (2019). Rio é a segunda cidade mais segura do Brasil, diz Witzel. *Exame*. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/rio-e-a-segunda-cidade-mais-segura-do-brasil-diz-witzel/>. Acesso em: out. 2019.

Exame e Agência Brasil. (2018). Temer assina decreto da intervenção federal no RJ. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/temer-assina-decreto-que-de-intervencao-federal-no-rj/>>.

Exército Brasileiro. (2017). Comando Militar do Leste – Operação Furacão I. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQ1/content/comando-militar-do-leste-da-inicio-a-operacao-furacao-i>.

Frazão, F. (2018). General da ativa será novo secretário da Segurança do Rio. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/02/politica/1522697550_276313.html>.

- estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,general-de-divisao-devera-ser-novo-secretario-de-seguranca-no-rio,70002200352>. Acesso em out. 2018.
- G1. (2018a). Pesquisa Datafolha: 72% dos fluminenses querem continuidade da intervenção na segurança do RJ. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/09/07/pesquisa-datafolha-72-dos-fluminenses-querem-continuidade-da-intervencao-na-seguranca-do-rj.ghtml>. Acesso em: dez. 2019.
- G1. (2018b) Interventor federal que atuará no RJ foi um dos responsáveis pela segurança durante a Olimpíada. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/interventor-federal-que-atuara-no-rj-foi-um-dos-responsaveis-pela-seguranca-durante-a-olimpiada.ghtml>>.
- Globonews. (2018). Entrevista General Braga Neto. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9hoig6YPlow>>. Acesso em dez. 2018.
- Godoy, M. (2018). Supremo pode ser 'indutor' de violência, diz general da reserva. *Política Estadão*. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,supremo-pode-ser-indutor-de-violencia-diz-general-da-reserva,70002252153>>. Acesso em nov. 2018.
- Graham, S. (2016). *Cidades Sitiadas: o novo urbanismo militar*. São Paulo: *Boitempo*.
- Instituto de Segurança Pública. (2018). *Série Histórica da taxa de homicídios provenientes de oposição à intervenção policial por mais de 100 mil habitantes – Estado do Rio de Janeiro – 1998/2017 e Série Histórica da taxa de homicídios provenientes de oposição à intervenção policial por mais de 100 mil habitantes – Município do Rio de Janeiro – 2000/2017*.
- Latour, B. (1998). La tecnologia es la sociedad hecha para que dure. in Miquel Domènech y Francisco J. Tirado (Comps.) *Sociología simétrica. Ensayos sobre ciencia, tecnología y sociedad*. Barcelona: Gedisa pp.109-142.
- Leite, M., & FARIAS, J. (2018). Militarização e dispositivos governamentais para lidar com os "inimigos" do Rio de Janeiro. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula.
- Lopes, N., & Simas, L. (2015). *Dicionário da História Social do Samba*. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*.
- Malaguti Batista, V. (2003). *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma*. Rio de Janeiro: Revan
- Malaguti Batista, V. (2012). Adesão subjetiva à barbárie. In: MALAGUTI BATISTA, V. (org). *Loïc Wacquant e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan.
- Marinha do Brasil. (2018). Comando e Controle O Desafio da Interoperabilidade. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/casnav/?q=node/118>
- Mendonça, A. (2019). Witzel diz que segurança do Rio está no mesmo patamar de Paris, Nova York e Madri. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/11/14/witzel-diz-que-seguranca-do-rio-esta-no-mesmo-patamar-de-paris-nova-york-e-madri.ghtml>
- Ministério da Defesa. (2014). Para defesa, maior legado da Copa 2014 é a integração na área de segurança. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13160-para-defesa-maior-legado-da-copa-2014-e-a-integracao-na-area-de-seguranca>>. Acesso em: out 2018.
- Miranda, T. (2016). Autoridades: integração de segurança e inteligência é maior legado das Olimpíadas. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/492965-autoridades-integracao-de-seguranca-e-inteligencia-e-maior-legado-das-olimpiadas/>
- Neder, G. (1997). Cidade, identidade e exclusão social. In: *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, pp. 106-134.
- Pechman, R. (2002). *Cidades Estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra.
- Pereira, P. C.. (2018). Temer diz que intervenção no Rio receberá R\$ 1 bilhão. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/temer-diz-que-intervencao-no-rio-recebera-1-bilhao-22508450>>. Acesso em: abr. 2018.
- Porcidonio, Gilberto. (2018). Fabricantes doam fuzis e munições para Gabinete de Intervenção do Rio. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/fabricantes-doam-fuzis-municoes-para-gabinete-de-intervencao-do-rio-22508845#ixzz5FZqL45FJ>>. Acesso em: abr. 2018.
- Portal do Governo do Brasil. (2018). Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro é instalado. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/defesa-e-seguranca/2018/02/centro-integrado-de-comando-e-controle-do-rio-de-janeiro-e-instalado>>. Acesso em set. 2018.
- Portal Oficial do Governo Federal Sobre os jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016. (2016). Rio 2016 terá a maior operação de segurança integrada da história do país.

Disponível em: br/pt-br/noticias/rio-2016-tera-a-maior-operacao-de-seguranca-integrada-da-historia-do-pais. Acesso em: set. 2018.

Redes da Maré (2017). *A Ocupação da Maré Pelo Exército Brasileiro*. Disponível em: <http://redesdamare.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Livro_Pesquisa_ExercitoMare_Maio2017.pdf>.

Rocha, L. (2018). Democracia e militarização no Rio de Janeiro: “pacificação”, intervenção e seus efeitos sobre o espaço público. *Militarização no Rio de Janeiro: da pacificação à intervenção*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula.

Rossi, M. (2017). Capitão infiltrado em ato contra Temer agora é major do Exército. *El País*. 2017. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/04/politica/1493917999_018544.html>. Acesso em: out. 2018.

Schreiber, M., & Franco, L. (2018). Quem é Sérgio Etchegoyen, o militar empurrado aos holofotes por crises do governo Temer. *BBC Brasil*. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44420945>

Villas Boas, Eduardo D. da C. Twitter. Disponível em: https://twitter.com/gen_villasboas/status/981315180226318336?lang=pt

Wacquant, L. (2001). *Os condenados da cidade*. Rio de Janeiro: Revan.

Werneck, A. (2018). Braga Netto diz que precisaria de R\$ 3,1 bi para cobrir rombo na segurança do Rio. *O Globo*. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/braga-netto-diz-que-precisaria-de-31-bi-para-cobrir-rombo-na-seguranca-do-rio-22504605>>. Acesso em abr. 2018.

Data de submissão: 16/11/2019

Data de aceite: 15/04/2020
